



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Inep abre inscrições para o Encceja 2010

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 14/9/2010



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 13//09/10
Assunto: Inep abre inscrições para o Encejea 2010		Página: online

Inep abre inscrições para o Encejea 2010

**Exame certifica jovens e adultos no ensino fundamental.
Prazo vai até 26 de setembro.**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) abriu nesta segunda-feira (13) as inscrições para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encejea). O prazo vai até 26 de setembro. O edital foi publicado no Diário Oficial da União. O exame afere competências de jovens e adultos no nível de conclusão do ensino fundamental.

Podem participar estudantes com no mínimo 15 anos completos na data da realização do exame que não tenham concluído o ensino fundamental. A participação é voluntária e gratuita.

As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet no site <http://inscricao.encejea.inep.gov.br>. As provas serão realizadas no dia 12 de dezembro, segundo o Inep.

De acordo com o edital do exame, os participantes que se inscreveram no Encejea na edição de 2009 e que tenham interesse em realizar as provas, devem confirmar sua participação na aplicação de 2010 no site do exame.

Esses estudantes devem localizar seus dados no sistema e completá-los se necessário. Os participantes inscritos em 2009 que não confirmarem a inscrição terão a mesma automaticamente cancelada. Quem não achar a inscrição poderá fazer uma nova.

O estudante deverá informar na inscrição a Secretaria de Educação (estadual ou municipal) onde deseja solicitar o certificado de conclusão do ensino fundamental. O Inep enviará os dados cadastrais e as notas dos participantes para a secretaria de acordo com a indicação da inscrição.

Segundo o edital, o Inep enviará o cartão de confirmação da inscrição aos inscritos até 16 de novembro. Quem não receber deverá entrar em contato com o MEC, no telefone 0800-616161, ou acessar o site www.encejea.inep.gov.br/consulta, na opção de acompanhamento da inscrição.

O exame terá quatro provas objetivas com 30 questões de múltipla escolha e uma proposta de tema para redação. O estudante deverá indicar qual prova quer fazer. As opções são: 1- língua portuguesa, língua



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – www.sed.sc.gov.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – imprensa@sed.sc.gov - ramais: 6161, 6163

estrangeira moderna (inglês), artes, educação física e redação; 2-
matemática; 3-história e geografia e 4 ciências naturais.

Na parte da manhã, das 8h30 às 12h30, serão aplicadas as provas 3 e 4. À tarde, serão aplicadas, das 14h30 às 19h30, as provas 1 e 2. No ato da inscrição, o candidato deverá obrigatoriamente indicar as provas que deseja realizar.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 14/9/10
Assunto: Abertas as inscrições para exame de jovens e adultos		Página: online

Abertas as inscrições para exame de jovens e adultos

Terça-feira, 14 de Setembro de 2010

As inscrições para o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) estão abertas até o dia 26 de setembro pela internet, por meio do [site](#). A prova avalia as habilidades e competências básicas de jovens e adultos, que não tiveram acesso aos estudos na idade correta. O participante se submete a uma prova e se alcançar a nota mínima recebe um certificado de conclusão.

Os candidatos que quiserem obter o diploma de ensino fundamental serão avaliados em língua portuguesa e estrangeira, história, geografia, matemática, ciências naturais, artes e educação física. Já para aqueles que buscam uma certificação em nível médio, as áreas de conhecimento avaliadas serão linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza. Para as duas etapas, a prova inclui também uma redação.

Para obter certificação em cada uma das áreas o participante terá que atingir o nível 100 em uma escala de proficiência que varia de 60 a 180. As provas serão aplicadas no dia 12 de dezembro.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 14/9/10
Assunto: PEC eleva percentuais a serem aplicados na educação		Página: online

PEC eleva percentuais a serem aplicados na educação

Terça-feira, 14 de Setembro de 2010

Proposta de emenda à Constituição (PEC) eleva os percentuais mínimos da receita proveniente de impostos a serem aplicados obrigatoriamente na área de educação por todos os entes da federação. Se aprovada, os índices passariam dos atuais 18% para 25%, no caso da União, e de 25% para 30%, para estados, Distrito Federal e municípios. A PEC (18/2010) é do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo a Agência Senado, investimentos na educação acima dos percentuais obrigatórios definidos na Constituição, feitos por muitos estados e municípios - e mesmo pela União -, demonstram, na opinião do senador, a viabilidade de alteração na legislação. De acordo com Azeredo, as constituições do Acre, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo já prevêm vinculação de 30% ou mais da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Ele informa ainda que, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, a União deverá aplicar cerca de 26% da receita federal de impostos no setor.

Para rebater argumentos contrários ao engessamento do orçamento público com mais vinculações de receita, Azeredo afirma que essa medida preserva recursos em épocas de crise e impede que futuros governos menos comprometidos com a educação retirem recursos do setor.

Mesmo reconhecendo que a área educacional tem obtido avanços desde 1995, o senador aponta problemas que ainda precisam ser resolvidos. Ele considera que a cobertura da educação infantil, especialmente na primeira infância, continua reduzida, retardando o ingresso das crianças nas escolas e dificultando a participação das mulheres no mercado de trabalho.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 13//09/10
Assunto: Baixa escolaridade mantém país entre os mais desiguais do mundo		Página: online

Baixa escolaridade mantém País entre os mais desiguais do mundo

É a conclusão do economista Marcelo Neri, da FGV, que divulgou estudo sobre o índice que mede desigualdade

A baixa escolaridade da população brasileira mantém o País entre as dez nações mais desiguais do mundo. Essa foi a conclusão do economista da Fundação Getulio Vargas Marcelo Côrtes Neri em análise publicada na última sexta-feira.

“Ainda estamos no top 10 da desigualdade mundial”, afirma Neri. O estudo mostra que desde 1996 há redução do índice de Gini. O indicador, que mede a concentração de renda (quanto mais perto de 1, maior a desigualdade), caiu de 0,6068, naquele ano, para 0,5448, em 2009.

Apesar da queda, o índice brasileiro é superior ao de países como os Estados Unidos (em torno de 0,400) e da Índia (0,300); e está próximo ao de nações mais pobres da América Latina e do Caribe e da África Subsaariana. “Saímos do pódio, mas ainda estamos entre os mais desiguais”, aponta o economista.

Segundo Neri, para diminuir a desigualdade é preciso que a renda das classes mais baixas continue crescendo; que se mantenham programas sociais focados na população mais pobre; e, sobretudo, que o Estado amplie a oferta de educação de mais qualidade e as pessoas permaneçam na escola.

O sociólogo e cientista político Simon Schwartzman, presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), assinala que “a educação no Brasil é muito ruim” e que há um “excesso de valorização” da escolaridade, o que explica a grande diferença salarial entre quem tem curso superior e quem não tem nenhuma formação. Para ele, o desempenho educacional “não tem melhorado muito” e, portanto, nos próximos dez anos o quadro de desigualdade permanecerá.



Para o gerente da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cimar Azeredo, o Brasil tem “mazelas que não se desfazem de uma década para outra”. Ele citou a diferença entre a renda de homens e mulheres, brancos e negros. “O passivo é muito grande. Somos há muito tempo um país desigual.”

O estatístico e economista Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), confirma que o país ainda vive “as sequelas do passado” demonstradas, por exemplo, na última Pnad, que, além da desigualdade perene, indica que um em cada cinco brasileiros com 15 anos ou mais tem menos de quatro anos de estudo.

De acordo com a Pnad, o percentual de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola em 2009 era de 97,6%. Na avaliação dos especialistas, a permanência dessas crianças na escola resultará em melhoria de renda no futuro.

Para Marcelo Neri, da FGV, a chamada nova classe média brasileira, com mais de 95 milhões de pessoas, é formada por crianças e adolescentes que entraram e permaneceram na escola nos anos 90, quando houve universalização do acesso ao ensino.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 13//09/10
Assunto: Professores brasileiros fazem curso no CERN		Página: online

Professores brasileiros fazem curso no Cern

Dezenove docentes foram selecionados para fazer um curso sobre física de partículas no centro

O sonho de visitar o maior laboratório de física do mundo não só se tornou realidade como veio com uma grande oportunidade: a de fazer um curso na Escola de Professores no Centro Europeu de Pesquisa Nuclear (Cern), em Genebra, na Suíça.

Dezenove professores brasileiros que lecionam física para o ensino médio, nas redes públicas e particulares, foram selecionados para fazer um curso sobre física de partículas no centro. Além de estudarem, eles devem conhecer o Grande Colisor de Hádrons (LHC), o acelerador de partículas do Cern.

O projeto é uma parceria entre a Sociedade Brasileira de Física (SBF) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF). Participaram da seleção para o curso mais de 200 professores brasileiros. Para se inscrever, todos tiveram de desenvolver projetos que objetivassem divulgar entre os alunos o aprendizado obtido na Suíça.

Para a professora Ana Luiza Pires, que dá aulas no Colégio Equipe e no Miguel de Cervantes, a aprovação no curso foi uma surpresa. “Qualquer físico reconhece a importância do Cern. Estou muito emocionada”, afirma.

Maria da Glória Martini, do Colégio Móbile, considera o curso uma oportunidade única na carreira. “Aqui no Brasil não temos opções de cursos dessa grandeza. Tenho certeza de que todo esse aprendizado vai retornar para a sala de aula”, diz.

A viagem para Genebra é a primeira vez em que a professora Gláucia Costa, há 24 anos na rede estadual de São Paulo, sai do País. “Eu me sinto recompensada por tudo que fiz até hoje”, conta. “Vou reviver um pouco da física nuclear que vi na faculdade.”



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Cotidiano	Data: 14/9/10
Assunto: Estudantes não confiam em docentes novos		Página: online

Estudantes não confiam em docentes novos, diz temporária

RAPHAEL MARCHIORI

Alta rotatividade de escolas, falta de planejamento das aulas e desconfiança dos alunos são alguns dos desafios enfrentados pelos professores não efetivos da rede estadual ouvidos pela Folha.

"Se a criança não conhece o professor, ela não confia. Se não confia, não aprende", diz a professora Rosângela de Santana, 52, que leciona neste ano pela primeira vez na escola estadual Shinquichi Agari (zona leste de SP), após ficar quatro anos em outra unidade da rede.

Santana dá aulas para alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, categoria que não contrata por concurso público desde 2005.

Já Maria Aparecida Leite, 49, que está há 20 anos na rede estadual, afirma que lecionou em oito escolas.

Segundo a professora, as mudanças se acentuaram a partir de 2005. De lá para cá, ela conta ter trocado de escola quatro vezes.

"Com os critérios atuais para a atribuição das aulas, vou ficar mudando todos os anos", diz a docente.

Leite não foi aprovada na prova dos temporários, que classificou professores para o processo de atribuição. Hoje ela dá 12 aulas semanais na Shinquichi Agari.

"Os alunos vão melhor com professores mais antigos por conta da confiança entre eles", afirma José Aparecido Barbosa, 52, professor não efetivo da rede estadual há 19 anos.

Até o ano passado, ele lecionava somente na Escola Estadual Silva Jardim, na zona norte. Neste ano, para completar a carga horária, teve de assumir mais aulas, desta vez na Assis José de Ambrósio, no Jardim Peri Alto, também na zona norte.

A falta de planejamento também preocupa os temporários. "Como vou planejar se nem sei se terei aulas no próximo ano?", questiona a professora não efetiva Wanglei Pacini de Passos, 51, da escola Shinquichi Agari.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 13//09/10
Assunto: Técnica de ensino usa simulação da história		Página: online

Técnica de ensino usa simulação da história

Modelo, como é conhecido, faz com que alunos aprendam representando

O clima é tenso na sala em que Getúlio Vargas discursa sobre a revolução que os paulistas tentaram levantar. No espaço ao lado, o papa Pio IX está reunido no Concílio Vaticano I, debatendo temas teológicos. Ao longe, se ouve gritos de "Abaixo o bolchevismo". Tudo isso no mesmo espaço, nas salas de aula de uma faculdade, onde estudantes do ensino médio simulam fatos históricos - uma técnica de ensino e aprendizagem que mistura teatro com realidade.

Também chamados de modelos, esses eventos propõem que o participante - aluno do ensino médio ou universitário - simule situações reais vivenciadas nas mesas de negociações diplomáticas, exercitando habilidades como a oratória, a escrita, a lógica, o trabalho em grupo, a identificação de uma situação-problema e sua resolução. O método, que começou dentro de universidades, ganhou encontros anuais e novos adeptos no ensino médio.

Em São Paulo, existem três eventos desse tipo voltados para alunos do ensino médio: o Fórum FAAP, organizado em maio; o São Paulo Model United Nations (SPMun), que teve neste ano sua primeira edição; e a Simulação para o Ensino Médio (SiEM), realizada na última semana. Os dois primeiros se dedicam exclusivamente a simulações de comitês das Nações Unidas, enquanto a SiEM propõe aos estudantes situações e desafios históricos.

Para os estudantes, a maior atração é a possibilidade de poder reviver e entender fatos históricos, modificando seu curso durante as representações. Eles estudam o tema e se vestem de parlamentares ingleses, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), líderes políticos, religiosos e representantes de veículos de comunicação.

Já os professores enxergam nesses eventos elementos positivos para a realização do Enem e de vestibulares. "As simulações possibilitam a visualização de situações-problema, que são a base do Enem e de várias provas de vestibular. Além disso, há um excelente trabalho da velocidade argumentativa", diz Pablo Reimers, professor de Língua e Cultura Hispânica do Colégio Magister. "Os alunos passam a ter domínio do



objeto estudado e têm de dialogar com perguntas e conteúdos que são cobrados nos principais vestibulares."

Joana Perrone, que está no 3.º ano do colégio Nossa Senhora das Graças, vê nas simulações uma maneira lúdica de aprendizado. "Ao participar de modelos, acabo aprendendo sem necessariamente ter de sentar e só ler."

Marcello Delai, do 3.º ano do Porto Seguro, diz que os conhecimentos adquiridos não são apenas históricos. "Ao entendermos diferentes ideias e posições, conseguimos formar e reagir a diferentes percepções, complementando nossa formação como cidadãos."

A professora de geografia Regina Mara da Fonseca trabalha há 10 anos com um modelo interno do colégio Bandeirantes. A técnica, que está sendo adotada cada vez mais por colégios particulares, é vista por ela como "a ferramenta pedagógica mais completa". "O aluno aprende a falar, ouvir, escrever, usar da diplomacia. É um tipo de aprendizado ativo."

Laboratório. "As simulações seriam nosso laboratório, a atividade prática da área de humanas", argumenta o professor de história do Colégio Magister, Maurício Parsi. Para ele, as simulações usam a dramatização como método de ensino em sala de aula. Os alunos entram no clima teatral e acabam incorporando o personagem, como mostra Lucas de Carvalho Moreira, de 17 anos, do 3.º ano do colégio Leonardo da Vinci, em Brasília. Trajando indumentárias militares, Lenin, como ficou conhecido, revela que tem de atuar. "O participante de simulações é um ator."

Jonas Tavares, do 2.º ano do Anglo Cassiano Ricardo de São José dos Campos, não perdeu por um minuto a pose imponente de Vargas em sua simulação. "As simulações também são positivas porque treinam sua segurança e confiança." Seu interesse nesse tipo de evento surgiu em seu próprio colégio. "E também porque eu quero seguir a carreira diplomática", diz.

Entre os participantes, porém, não há apenas interessados na carreiras humanas. Estudantes que pretendem prestar Medicina, Engenharia e até mesmo Física aproveitam a experiência adquirida durante as simulações. Marcello disse querer Arquitetura, mas que agora não descarta a possibilidade de cursar Direito. "Comecei a pensar nessa segunda possibilidade depois de começar a frequentar as simulações. Elas podem tanto ajudar quanto confundir na escolha da profissão", analisa.

Conhecimento

LUCAS MOREIRA
ALUNO DO LEONARDO DA VINCI



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – www.sed.sc.gov.br
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – imprensa@sed.sc.gov - ramais: 6161, 6163

"Nos modelos, obtenho conhecimentos específicos e gerais que, de outra maneira, não teria contato. Além disso, temas abordados no vestibular estão sempre presentes nas discussões."

REGINA MARA
PROFESSORA DO BANDEIRANTES

"O maior retorno vem dos pais, ao ver que seus filhos passam a ter opinião e a ser mais participativos dentro e fora da escola."



CLIPPING

Veículo: Folha de SP	Editoria: Editorial	Data: 14/9/10
Assunto: Erro de Cálculo		Página: online

Erro de cálculo

Duas reportagens publicadas ontem pela Folha ajudam a traçar um panorama preocupante para o futuro do país.

A primeira relata que a educação foi tema praticamente ignorado no debate que confrontou os quatro principais candidatos à Presidência da República.

A segunda soma, à já conhecida miríade de indicadores da calamidade da educação no Brasil, a constatação de que um quinto dos alunos prestes a concluir o ensino médio sabem menos matemática que o esperado num estudante do 5º ano do ensino fundamental. Ou seja, uma defasagem de instrução de sete anos.

Apenas 11% dos alunos no 3º ano do ensino médio têm noções de matemática consideradas adequadas a esse nível de instrução. O dado foi obtido a partir dos resultados da Prova Brasil e do Saeb, exames do Ministério da Educação que avaliam alunos de escolas públicas e particulares em matemática e português.

Os números referentes à matemática no 3º ano do ensino médio são os piores em todos os níveis avaliados. No 5º ano do ensino fundamental, a situação, embora longe do ideal, é bem melhor: chegam a um terço os alunos cujo nível de aprendizado é compatível com o esperado para a série em que se encontram.

A deterioração da qualidade do ensino, conforme se aproxima a conclusão do ciclo básico, tem a ver com a falta de professores preparados para ensinar aos alunos conceitos mais complexos, que vão além das operações básicas lecionadas nos primeiros anos.

O fato de boa parte dos jovens brasileiros estar deixando a escola com um nível de conhecimento tão abaixo do adequado, receita para a perpetuação da vergonhosa desigualdade socioeconômica no país, deveria ser motivo de preocupação máxima dos que buscam a Presidência.

Espera-se que nos próximos debates presidenciais os candidatos esclareçam que medidas pretendem tomar para alterar o lamentável cenário da educação no país.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/9/10
Assunto: UFSC não pode cobrar taxas		Página: 21

ENSINO GRATUITO
UFSC não pode cobrar taxas

A cobrança de taxas dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre alguns serviços prestados a estudantes pode ser suspensa novamente.

A recomendação do Ministério Público Federal (MPF) volta atrás da decisão de janeiro deste ano, quando a prática, revogada desde 2008, voltou a ser permitida.

Os valores das taxas variam de R\$ 50 a R\$ 2 mil e são cobrados para serviços como emissão de segunda via de diploma, matrícula de aluno em disciplina em que reprovou por faltas e revalidação de diplomas de universidades estrangeiras.

A cobrança, feita desde 2000, foi suspensa pelo MPF em 2008. O órgão voltou atrás numa audiência pública, em janeiro deste ano. No entanto, uma recomendação da procuradora da república Analúcia Hartmann, entregue à universidade no início desse mês, pede a anulação das taxas. Para ela, a prática fere a constituição, que prevê a gratuidade do ensino público.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) já se manifestou contra a cobrança dos serviços. O diretor Tiago Mateus de Azevedo disse que isso vai contra à garantia de ensino público gratuito e que nem todos podem pagar.

A pró-reitora de Ensino de Graduação, Yara Müller, disse que a UFSC está respondendo à recomendação:

– Isso foi bastante discutido em audiência e justificamos para eles a cobrança de cada uma das taxas.

Para ela, a prática deveria ser vista como educativa. Argumenta que todos os serviços cobrados implicam em altos custos para a universidade.

julia.antunes@diario.com.br

JÚLIA ANTUNES LORENÇO



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/9/10
Assunto: UFSC não pode cobrar taxas		Página: 21

Quanto é cobrado

- Revalidação de diploma de cursos de graduação expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras – **R\$ 2 mil**
- l Reconhecimento de diploma de curso de pós-graduação expedido por instituições de ensino superior estrangeiras
- Mestrado – **R\$ 1,2 mil**
- Doutorado – **R\$ 1,8 mil**
- l Registro de diploma expedido por outras instituições de ensino superior de SC
- Primeira via – **R\$ 150**
- Segunda via – **R\$ 300**
- l Segunda via de:
 - Diploma de curso de graduação ou pós-graduação – **R\$ 300**
 - Certificado de especialização ou aperfeiçoamento – **R\$ 200**
 - Certificado de disciplina isolada ou de aluno ouvinte de curso de graduação ou de pós-graduação – **R\$ 100**
 - Histórico escolar de curso de graduação ou pós-graduação – **R\$ 200**
 - l Matrícula em disciplina de curso de graduação ou de pós-graduação com reprovação por frequência insuficiente - **R\$ 100**
 - l Matrícula por disciplina de alunos especiais em disciplina isolada ou de pós-graduação – **R\$50**

Como é em outras universidades públicas

Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

A cobrança serviços era feita até o ano passado, quando o Ministério Público Estadual proibiu a Udesc de cobrar qualquer taxa, até mesmo por atraso na devolução de livros. A pró-reitora de Ensino de Graduação, Sandra Makowiecky, lamentou a decisão. Para ela, o ensino é gratuito para alunos que fazem tudo direito. Ela argumenta que a universidade nunca lucrou com nada e as taxas eram educativas.

l Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)

Não cobra nenhum tipo de taxa e, de acordo com o reitor Dilvo Ristoff, não pretende

l Revalidação